

AULA 10: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP 16.3 a 16.5: Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil; Transações no Setor Público; Registro Contábil.

SUMÁRIO	PÁGINA
1.Apresentação	1
2.Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	2
2.1. Conceitos iniciais	2
2.2. Escopo de evidenciação	2
3.Transações no Setor Público	5
3.1.Conceitos iniciais	5
3.2.Natureza das transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público	5
3.3.Variações patrimoniais	6
3.4.Transações que envolvem valores de terceiros	8
4.Registro Contábil	8
4.1.Conceitos	8
4.2.Formalidades do registro contábil	9
4.3.Segurança da documentação contábil	15
4.4.Reconhecimento e bases de mensuração ou avaliação aplicáveis	15
5.Questões comentadas	18
6.Lista das questões apresentadas	24

1. APRESENTAÇÃO

Pessoal, na aula de hoje daremos início ao estudo das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Apresentarei os aspectos relacionados ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; às transações no Setor Público com enfoque sobre as variações patrimoniais; e ao registro contábil.

Assim, esta aula se refere às NBCT 16.3, NBC T 16.4 e NBCT 16.5. Os conceitos relativos à NBCT 16.1 foram vistos na aula 00, enquanto os conceitos relativos à NBCT 16.2 foram vistos na aula 01. Apesar de termos tratado das variações patrimoniais (NBCT 16.4) na aula 02, o foco dessa aula é o de cobrir todos os itens da norma.

2. PLANEJAMENTO E SEUS INSTRUMENTOS SOB O ENFOQUE CONTÁBIL

2.1. Conceitos iniciais

Para o entendimento da norma alguns conceitos devem ser compreendidos, os quais constam no Quadro 1.

Quadro 1: Conceitos relacionados ao planejamento e seus instrumentos

Conceito	Descrição
Avaliação de desempenho	A <u>ferramenta de gestão</u> utilizada para a aferição de aspectos de <u>economicidade, eficiência, eficácia e efetividade</u> de <u>programas e ações</u> executadas por entidades do setor público.
Planejamento	O <u>processo contínuo e dinâmico</u> voltado à <u>identificação das melhores alternativas</u> para o alcance da missão institucional, incluindo a definição de objetivos, metas, meios, metodologia, prazos de execução, custos e responsabilidades, <u>materializados em planos hierarquicamente interligados</u> .
Plano hierarquicamente interligado	O <u>conjunto de documentos elaborados</u> com a finalidade de <u>materializar o planejamento por meio de programas e ações</u> , compreendendo <u>desde o nível estratégico até o nível operacional</u> , bem como propiciar a avaliação e a instrumentalização do controle.

2.2. Escopo de evidenciação

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve permitir a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, e evidenciando as diferenças relevantes por meio de notas explicativas.



(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue o item seguinte.

1. O planejamento deve permitir a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, e evidenciando as diferenças relevantes por meio de notas explicativas.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue o item seguinte.

1. O planejamento deve permitir a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, e evidenciando as diferenças relevantes por meio de notas explicativas.

ERRADO, é a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve permitir a integração dos planos hierarquicamente interligados.

A evidenciação deve contribuir para a tomada de decisão e facilitar a instrumentalização do controle social, de modo a permitir que se conheçam o conteúdo, a execução e a avaliação do planejamento das entidades do setor público a partir de dois níveis de análise descritos no Quadro 2.

Quadro 1: Níveis de análise quanto ao conteúdo, à execução e à avaliação do planejamento das entidades do setor público

Nível de análise
1- A <u>coerência</u> entre os <u>planos hierarquicamente interligados</u> nos seus <u>aspectos quantitativos e qualitativos</u> .
2- A <u>aderência entre os</u> planos hierarquicamente interligados <u>e a sua</u> implementação.

As informações dos planos hierarquicamente interligados devem ser detalhadas por ano, ações, valores e metas.

Na avaliação da execução dos planos hierarquicamente interligados, devem ser evidenciadas as eventuais restrições ocorridas e o seu respectivo impacto.



(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue o item seguinte.

2. A análise da coerência entre os planos hierarquicamente interligados nos seus aspectos orçamentários e financeiros permite que se conheça o conteúdo, a execução e a avaliação do planejamento das atividades do setor público.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

2. A análise da coerência entre os planos hierarquicamente interligados **nos seus aspectos orçamentários e financeiros** permite que se conheça o conteúdo, a execução e a avaliação do planejamento das atividades do setor público.

ERRADO, a análise da coerência entre os planos hierarquicamente interligados nos seus aspectos quantitativos e qualitativos permite que se conheça o conteúdo, a execução e a avaliação do planejamento das atividades do setor público.

3. TRANSAÇÕES NO SETOR PÚBLICO

3.1. Conceitos iniciais

Entende-se por transações no setor público: os atos e os fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público, as quais são objeto de registro contábil em estrita observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

3.2. Natureza das transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público

De acordo com suas características e os seus reflexos no patrimônio público, as transações no setor público podem ser classificadas nas seguintes naturezas descritas no Quadro 3.

Quadro 3: Natureza das transações no setor público

Natureza	Descrição
Econômico-financeira	Corresponde às transações <u>ORIGINADAS DE FATOS</u> que afetam o patrimônio público, <u>em decorrência, ou não, da execução de orçamento, podendo provocar alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais.</u>
Administrativa	Corresponde às transações que <u>não afetam o patrimônio público</u> , <u>ORIGINADAS DE ATOS ADMINISTRATIVOS</u> , com o objetivo de dar cumprimento às metas programadas e manter em funcionamento as atividades da entidade do setor público.



(FCC/TCE-RO/2010/Auditor Conselheiro) Em relação ao que estabelece a NBCT 16.4 sobre transações no setor público, julgue o item seguinte.

3. As transações no setor público, conforme suas características e seus reflexos no patrimônio público, podem ser classificadas nas seguintes naturezas: orçamentárias e extra-orçamentárias.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

3. As transações no setor público, conforme suas características e seus reflexos no patrimônio público, podem ser classificadas nas seguintes naturezas: **orçamentárias e extra-orçamentárias**.

ERRADO, As transações no setor público, conforme suas características e seus reflexos no patrimônio público, podem ser classificadas nas seguintes naturezas: econômico-financeira e administrativa.

3.3. Variações patrimoniais

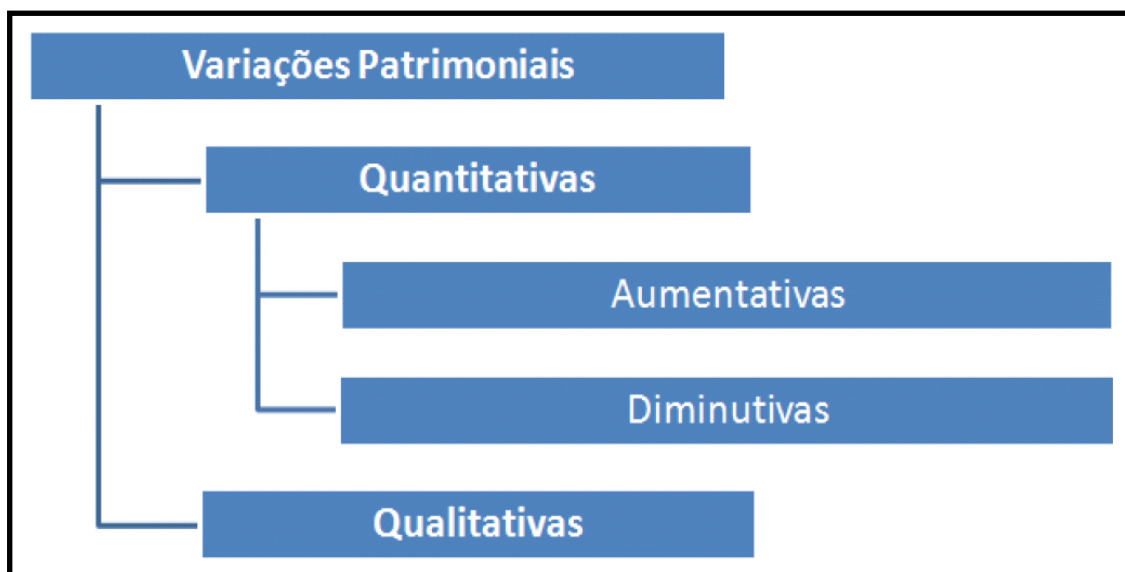
As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado.

As variações patrimoniais que afetem o patrimônio líquido devem manter correlação com as respectivas contas patrimoniais.

Entende-se por correlação a vinculação entre AS CONTAS DE RESULTADO e AS PATRIMONIAIS, de forma a permitir a identificação dos efeitos nas contas patrimoniais produzidos pela movimentação das contas de resultado. O Quadro 4 e a Figura 1 mostram os tipos de variações patrimoniais.

Quadro 4: Tipos de variações patrimoniais

Natureza	Descrição
Variações Quantitativas	Aquelas decorrentes de transações no setor público que <u>aumentam ou diminuem o patrimônio líquido</u> .
Variações Qualitativas	Aquelas decorrentes de transações no setor público que <u>alteram a composição</u> dos elementos patrimoniais <u>sem afetar o patrimônio líquido</u> .

Figura 1 - Subdivisão das variações patrimoniais

(FCC/TCE-RO/2010/Auditor Conselheiro) Em relação ao que estabelece a NBCT 16.4 sobre transações no setor público, julgue o item seguinte.

4. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, podendo ou não afetar o patrimônio líquido.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

4. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, **podendo ou não afetar o patrimônio líquido.**

ERRADO, as variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

3.4. Transações que envolvem valores de terceiros

As transações que envolvem valores de terceiros são aquelas em que a entidade do setor público responde como fiel depositária e que não afetam o seu patrimônio líquido.

As transações que envolvem valores de terceiros devem ser demonstradas de forma segregada. Enquadram-se nessa categoria os depósitos de terceiros.



(FCC/TCE-RO/2010/Auditor Conselheiro) Em relação ao que estabelece a NBCT 16.4 sobre transações no setor público, julgue o item seguinte.

5. As transações que envolvem valores de terceiros são aquelas em que a entidade do setor público responde como fiel depositária e que não afetam o seu patrimônio líquido.

CERTO.

4. REGISTRO CONTÁBIL

4.1. Conceitos

Entende-se por documento de suporte qualquer documento hábil, físico ou eletrônico que comprove a transação na entidade do setor público, utilizado para sustentação ou comprovação do registro contábil.

4.2. Formalidades do registro contábil

A entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de PROCESSO MANUAL, MECANIZADO ou ELETRÔNICO, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações.

O Quadro 5 contém as características do registro e da informação contábil no setor público, e que guardam observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público.

Quadro 5: Características do registro e da informação contábil

Característica	Descrição
Comparabilidade	Os registros e as informações contábeis devem <u>possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público ao longo do tempo e estaticamente</u> , bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades.
Compreensibilidade	As <u>informações apresentadas</u> nas demonstrações contábeis <u>devem ser entendidas pelos usuários</u> . Para esse fim, presume-se que estes já tenham conhecimento do ambiente de atuação das entidades do setor público. Todavia, <u>as informações relevantes sobre temas complexos NÃO DEVEM ser excluídas das demonstrações contábeis</u> , mesmo sob o pretexto de que são de difícil compreensão pelos usuários.
Confiabilidade	O registro e a informação contábil devem reunir <u>requisitos de verdade e de validade</u> que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.
Fidedignidade	Os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem <u>representar fielmente o fenômeno contábil</u> que lhes deu origem.
Imparcialidade	Os registros contábeis devem ser realizados e as <u>informações devem ser apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares</u> de agentes e/ou entidades.

Integridade	Os registros contábeis e as informações apresentadas devem <u>reconhecer os fenômenos patrimoniais em sua TOTALIDADE</u> , <u>NÃO PODENDO ser omitidas QUAISQUER partes do fato gerador</u> .
Objetividade	O registro deve representar a realidade dos fenômenos patrimoniais em função <u>de critérios técnicos contábeis PREESTABELECIDOS</u> em normas ou com base em procedimentos adequados, <u>sem que incidam PREFERÊNCIAS INDIVIDUAIS</u> que provoquem distorções na informação produzida.
Representatividade	Os registros contábeis e as informações apresentadas <u>devem conter todos os aspectos relevantes</u> .
Tempestividade	Os fenômenos patrimoniais devem ser <u>registrados no momento de sua ocorrência</u> e <u>divulgados em tempo hábil</u> para os usuários.
Uniformidade	Os registros contábeis e as informações devem <u>observar critérios padronizados e contínuos de</u> identificação, <u>classificação, mensuração, avaliação e evidenciação</u> , de modo que fiquem compatíveis, mesmo que geradas por diferentes entidades. Esse atributo <u>permite a interpretação e a análise das informações</u> , levando-se em consideração a <u>possibilidade de se comparar</u> a situação econômico-financeira de uma entidade do setor público em distintas épocas de sua atividade
Utilidade	Os registros contábeis e as informações apresentadas devem <u>atender às necessidades específicas</u> dos diversos usuários.
Verificabilidade	Os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem <u>possibilitar o reconhecimento das suas respectivas validades</u> .
Visibilidade	Os registros e as informações contábeis devem ser <u>disponibilizadas para a sociedade e expressar</u> , com transparência, <u>o resultado da gestão e a situação patrimonial</u> da entidade do setor público



(FCC/TRT 23ª Região/ Analista Judiciário/ Contabilidade) Em relação ao registro contábil das operações do setor público, conforme a NBC T 16 julgue o item seguinte.

6. A compreensibilidade é uma característica do registro e da informação contábil que estabelece que estes devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

6. A **compreensibilidade** é uma característica do registro e da informação contábil que estabelece que estes devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.

ERRADO, o conceito mencionado na assertiva se refere a característica denominada **confiabilidade**.

A entidade do setor público deve manter sistema de informação contábil **refletido em plano de contas** que compreenda os seguintes requisitos que constam no Quadro 6.

Quadro 6: Requisitos do plano de contas de uma entidade do setor público

Requisitos
A <u>terminologia de todas as contas e sua adequada codificação</u> , bem como a <u>identificação do subsistema a que pertence</u> , <u>a natureza</u> e <u>o grau de desdobramento</u> , possibilitando os registros de valores e a integração dos subsistemas.
A <u>função atribuída</u> a cada uma das contas.

O funcionamento das contas.

A utilização do método das partidas dobradas EM TODOS os registros dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público, de acordo com sua natureza orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação nos respectivos subsistemas contábeis.

Contas específicas que possibilitam a apuração de custos.

Tabela de codificação de registros que identifique o tipo de transação, as contas envolvidas, a movimentação a débito e a crédito e os subsistemas utilizados.



(FCC/TRT 23ª Região/ Analista Judiciário/ Contabilidade) Em relação ao registro contábil das operações do setor público, conforme estabelece a NBC T julgue os itens seguintes.

7. O plano de contas da entidade do setor público não deve conter contas específicas que possibilitem a apuração de custos.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

7. O plano de contas da entidade do setor público **não deve conter** contas específicas que possibilitem a apuração de custos.

ERRADO, contas específicas que possibilitem a apuração de custos é um dos requisitos a serem observados no plano de contas.

Quanto ao registro, o mesmo deve ser efetuado em idioma e moeda corrente nacionais, em livros ou meios eletrônicos que permitam a identificação e o seu arquivamento de forma segura.

Quando se tratar de transação em moeda estrangeira, esta, além do registro na moeda de origem, deve ser convertida em moeda nacional, aplicando a taxa de câmbio oficial e vigente na DATA DA TRANSAÇÃO.



(FCC/TRT 23ª Região/ Analista Judiciário/ Contabilidade) Em relação ao registro contábil das operações do setor público, conforme estabelece a NBC T 16, julgue os itens seguintes.

8. A transação em moeda estrangeira, além do registro na moeda de origem, deve ser convertida em moeda nacional, aplicando-se a taxa de câmbio oficial e vigente no primeiro dia útil do mês em que ocorrer a transação.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

8. A transação em moeda estrangeira, além do registro na moeda de origem, deve ser convertida em moeda nacional, aplicando-se **a taxa de câmbio oficial e vigente no primeiro dia útil do mês em que ocorrer a transação**.

ERRADO, a transação em moeda estrangeira, além do registro na moeda de origem, deve ser convertida em moeda nacional, aplicando a taxa de câmbio oficial e vigente na DATA DA TRANSAÇÃO.

O Livro Diário e o Livro Razão constituem fontes de informações contábeis permanentes e neles são registradas as transações que afetem ou possam vir a afetar a situação patrimonial.

O Livro Diário e o Livro Razão devem ficar à disposição dos usuários e dos órgãos de controle, na unidade contábil, no prazo estabelecido em legislação específica.

Os registros contábeis devem ser efetuados de forma analítica, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Os registros contábeis devem ser validados por contabilistas, com base em documentação hábil e em conformidade às normas e às técnicas contábeis.

Os registros extemporâneos devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do atraso.

O Quadro 7 mostra os elementos essenciais do registro contábil.

Quadro 7: Elementos essenciais do registro contábil

Elemento
A <u>data</u> da ocorrência da transação.
A <u>conta debitada</u> .
A <u>conta creditada</u> .
O <u>histórico da transação</u> de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado, quando se tratar de escrituração eletrônica, baseado em tabela auxiliar incluída em plano de contas.
O <u>valor da transação</u> .
O <u>número de controle</u> para identificar os registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil.

O registro dos bens, direitos e obrigações deve possibilitar a indicação dos elementos necessários à sua perfeita caracterização e identificação.

Os atos da administração com potencial de modificar o patrimônio da entidade devem ser registrados nas contas de compensação.

4.3. Segurança da documentação contábil

As entidades do setor público devem desenvolver procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sistemas eletrônicos.

Os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio eletrônico ou magnético, desde que assinados e autenticados, em observância à norma brasileira de contabilidade que trata da escrituração em forma eletrônica.

4.4. Reconhecimento e bases de mensuração ou avaliação aplicáveis

O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade.

As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem. Dessa forma, pela NBC T 16 o regime da contabilidade é o regime de competência, que se contrapõe ao regime misto previsto na lei 4320/1964.



Durante muito tempo quando se perguntava em prova: Qual o regime da contabilidade pública? A sua resposta deveria ser: o regime misto. Hoje se cai essa pergunta na sua prova, você deve indagar-se: Sob o enfoque orçamentário ou sob o enfoque patrimonial?

Se for sob o enfoque orçamentário a resposta é regime misto, e se for sob o enfoque patrimonial a resposta é regime de competência.

O art. 35 de lei 4320/1964 e a LRF seguem o enfoque orçamentário; enquanto a NBC T 16 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público seguem o enfoque patrimonial.

Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.



(FCC/TRT 23ª Região/ Analista Judiciário/ Contabilidade) Em relação ao registro contábil das operações do setor público, conforme estabelece a NBC T julgue os itens seguintes.

9. Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis no momento da execução orçamentária.

COMENTÁRIO À QUESTÃO

9. Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis **no momento da execução orçamentária**.

ERRADO, os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo nos conflitos entre elas a **essência sobre a forma.**

A entidade do setor público deve aplicar métodos de mensuração ou avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e das perdas patrimoniais.

O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores OU de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.

Na ausência de norma contábil aplicado ao setor público, o profissional da contabilidade DEVE UTILIZAR, SUBSIDIARIAMENTE, e NESTA ORDEM, as normas nacionais e internacionais que tratem de temas similares, evidenciando o procedimento e os impactos em notas explicativas.



tome nota!

Existe a previsão normativa para que a contabilidade aplicada ao setor público no Brasil adote normas internacionais.

Cuidado, já foi cobrado em questão discursiva questionamentos sobre os avanços ocorridos na CASP. O pior é que na ajuda da elaboração dos recursos na discursiva, vi concurseiros escreverem que não ocorreram mudanças significativas nos últimos anos.

5. QUESTÕES COMENTADAS

Pessoal selecionei todas as questões disponíveis sobre esta parte da NBC T 16. Não havia questões da ESAF.

(FCC/TRT 23ª Região/ Analista Judiciário/ Contabilidade) Em relação ao registro contábil das operações do setor público, conforme estabelece a NBC T julgue o item seguinte.

1. O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.

CERTO, conforme consta na seção 4.4.

(FCC/TCE-RO/2010/Auditor Conselheiro) Em relação ao que estabelece a NBCT 16.4 sobre transações no setor público, julgue os itens seguintes.

2. Os atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais no patrimônio das entidades do setor público são definidos como transações no setor público.

CERTO, conforme consta na seção 3.1.

3. As variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

CERTO, conforme consta na seção 3.3.

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue os itens seguintes.

3. As informações dos planos hierarquicamente interligados devem ser detalhadas **por entidade, órgão e unidade gestora**.

ERRADO, as informações dos planos hierarquicamente interligados devem ser detalhadas por **ano, ações, valores e metas**.

4. Na avaliação da execução dos planos hierarquicamente interligados, devem ser evidenciadas as eventuais restrições ocorridas e o seu respectivo impacto.

CERTO, conforme consta na seção 2.

5. **A avaliação de desempenho** é o processo contínuo e dinâmico voltado à identificação das melhores alternativas para o alcance da missão institucional.

ERRADO, este é o **conceito de planejamento** conforme consta no Quadro 1.

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público que trata do registro contábil, julgue os itens seguintes.

6. Os registros contábeis devem ser efetuados de **forma sintética**, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância **com os princípios da administração pública**.

ERRADO, os registros contábeis devem ser efetuados **de forma analítica**, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância **com os Princípios Fundamentais de Contabilidade**.

7. O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores deve ser **realizado na apuração do resultado do exercício** e evidenciado em notas explicativas.

ERRADO, o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores OU de mudanças de critérios contábeis deve ser **realizado à conta do patrimônio líquido** e evidenciado em notas explicativas.

8. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo nos conflitos entre elas **a forma sobre a essência.**

ERRADO, os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo nos conflitos entre elas a essência sobre a forma.

9. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

CERTO, conforme consta na seção 4.4.

10. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas **no momento de sua arrecadação (receita) e empenho (despesa).**

ERRADO, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem, independente do momento da execução orçamentária.

11.(FCC/TRT 4ª Região/2011/Analista Judiciário) As variações qualitativas do patrimônio público alteram os elementos patrimoniais **e afetam o patrimônio líquido.**

ERRADO, as variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Acerca da Norma Brasileira de Contabilidade que trata das transações do setor público, julgue os itens seguintes.

12. As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado.

CERTO, conforme consta na seção 3.3.

13. As variações patrimoniais que afetam o patrimônio líquido devem manter correlação com as respectivas **contas de resultado**.

ERRADO, as variações patrimoniais que afetem o patrimônio líquido devem manter correlação com as respectivas **contas patrimoniais**.

14. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais **diminuindo ou aumentando o patrimônio líquido**.

ERRADO, as variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais **sem afetar o patrimônio líquido**.

15. As transações que envolvem valores de terceiros devem ser demonstradas **de forma consolidada**.

ERRADO, as transações que envolvem valores de terceiros devem ser demonstradas **de forma segregada**.

(Cespe/UNIPAMPA/2009/Contador) Acerca do registro contábil, julgue os itens subsequentes segundo o disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

16. O livro diário e o livro razão constituem fontes de informações contábeis permanentes em que são registradas as transações que afetem ou possam vir a afetar a situação patrimonial.

CERTO, conforme consta na seção 4.2.

17. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CERTO. conforme consta na seção 4.4.

18. Mesmo que sejam tecnicamente estimáveis, os registros da entidade **somente devem ser efetuados quando há absoluta certeza** de sua ocorrência.

ERRADO, os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, **mesmo na hipótese de existir razoável certeza** de sua ocorrência.

19. (Cespe/IBRAM/2009/Contador) Conforme o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem, utilizando, portanto, **o regime contábil misto.**

ERRADO, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem, utilizando, portanto, **o regime contábil de competência.**

(Cespe/2009/SEFAZ-ES/Consultor Executivo) Segundo o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, julgue o item a seguir com relação ao regime de Contabilidade Pública.

20. Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

CERTO. conforme consta na seção 4.4.

Gabarito das questões comentadas

1-Certo	2-Certo	3-Errado	4-Certo	5-Errado
6-Errado	7-Errado	8-Errado	9-Certo	10-Errado
11-Errado	12-Certo	13-Errado	14-Errado	15-Errado
16-Certo	17-Certo	18-Errado	19-Errado	20-Certo

5. LISTA DAS QUESTÕES APRESENTADAS

(FCC/TRT 23ª Região/ Analista Judiciário/ Contabilidade) Em relação ao registro contábil das operações do setor público, conforme estabelece a NBC T julgue o item seguinte.

1. O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.

(FCC/TCE-RO/2010/Auditor Conselheiro) Em relação ao que estabelece a NBCT 16.4 sobre transações no setor público, julgue os itens seguintes.

2. Os atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais no patrimônio das entidades do setor público são definidos como transações no setor público.

3. As variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue os itens seguintes.

3. As informações dos planos hierarquicamente interligados devem ser detalhadas por entidade, órgão e unidade gestora.

4. Na avaliação da execução dos planos hierarquicamente interligados, devem ser evidenciadas as eventuais restrições ocorridas e o seu respectivo impacto.

5. A avaliação de desempenho é o processo contínuo e dinâmico voltado à identificação das melhores alternativas para o alcance da missão institucional.

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Com relação ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público que trata do registro contábil, julgue os itens seguintes.

6. Os registros contábeis devem ser efetuados de forma sintética, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância com os princípios da administração pública.

7. O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores deve ser realizado na apuração do resultado do exercício e evidenciado em notas explicativas.

8. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo nos conflitos entre elas a forma sobre a essência.

9. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

10. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas no momento de sua arrecadação (receita) e empenho (despesa).

11.(FCC/TRT 4ª Região/2011/Analista Judiciário) As variações qualitativas do patrimônio público alteram os elementos patrimoniais e afetam o patrimônio líquido.

(Cespe/SAD-PE/2010/Contador) Acerca da Norma Brasileira de Contabilidade que trata das transações do setor público, julgue os itens seguintes.

12. As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado.

13. As variações patrimoniais que afetam o patrimônio líquido devem manter correlação com as respectivas contas de resultado.

14. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais diminuindo ou aumentando o patrimônio líquido.

15. As transações que envolvem valores de terceiros devem ser demonstradas de forma consolidada.

(Cespe/UNIPAMPA/2009/Contador) Acerca do registro contábil, julgue os itens subsequentes segundo o disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

16. O livro diário e o livro razão constituem fontes de informações contábeis permanentes em que são registradas as transações que afetem ou possam vir a afetar a situação patrimonial.

17. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

18. Mesmo que sejam tecnicamente estimáveis, os registros da entidade somente devem ser efetuados quando há absoluta certeza de sua ocorrência.

19. (Cespe/IBRAM/2009/Contador) Conforme o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem, utilizando, portanto, o regime contábil misto.

(Cespe/2009/SEFAZ-ES/Consultor Executivo) Segundo o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, julgue o item a seguir com relação ao regime de Contabilidade Pública.

20. Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

Gabarito das questões listadas

1-Certo	2-Certo	3-Errado	4-Certo	5-Errado
6-Errado	7-Errado	8-Errado	9-Certo	10-Errado
11-Errado	12-Certo	13-Errado	14-Errado	15-Errado
16-Certo	17-Certo	18-Errado	19-Errado	20-Certo

Pessoal o prazer é meu. Abraços.

Prof. M. Sc. Giovanni Pacelli

Informo que aqueles que forem realizar provas da Banca Cespe podem adquirir meu livro da editora Elsevier: questões comentadas de AFO e Contabilidade Pública. Ressalto que o mesmo é o há de mais atual hoje em exercícios comentados.

<http://www.elsevier.com.br/site/institucional/Minha-pagina-autor.aspx?seg=1&aid=88733>

Aqueles que desejem realizar cursos na modalidade on line informo que ministro cursos on line de Orçamento Público e Contabilidade Pública no seguinte link:

<http://cursosonline.cathedranet.com.br/Professores/10/Prof-Giovanni-Pacelli>